

**Veículo:** O Sul

**Link:** <http://www.osul.com.br/sindilat-debate-sugestoes-para-regulamentacao-da-lei-do-leite/>

**Página:** Notícias

**Data:** 11/02/2016



## Sindilat debate sugestões para regulamentação da Lei do Leite



Na foto: Reunião de laticínios com Seapi no Sindilat Crédito: Carolina Jardine.

Laticínios associados ao Sindilat reuniram-se na tarde desta quinta-feira (11/02) com representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi) para apresentar as primeiras sugestões à regulamentação da Lei 14.835, de 6 de janeiro de 2016, a chamada Lei do Leite. “O objetivo desse encontro foi debater a regulamentação para que a lei contribua na garantia de qualidade da matéria-prima processada pelas indústrias”, destacou o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra.

Um dos pontos em debate foi a importância de a Secretaria da Agricultura manter um Cadastro de Produtores atualizado sobre a situação sanitária das propriedades, e que ele esteja disponível às empresas. “É uma ferramenta para que a indústria possa ter a informação sobre o status dos rebanhos. Afinal, as empresas serão responsabilizadas pelo leite captado”, pontuou Guerra. O assessor técnico da Seapi Fernando Groff explicou que uma das ideias é fornecer acesso às empresas ao sistema da Seapi via internet para consultar a situação sanitária dos produtores.

Na ocasião, as indústrias ainda debateram a importância de viabilizar o transvaze de leite de maneira segura no Rio Grande do Sul, como prevê o artigo 16. O processo, que consiste no transporte de dois tanques por um único caminhão, reduz custos e otimiza a coleta, mas ainda tem uso restrito. O Sindilat comprometeu-se a realizar pesquisa sobre o tema. “O sindicato fará um estudo junto a instituições competentes e levará à análise da Seapi. Não deveremos ter tempo para fazer isso na regulamentação da Lei do Leite, mas na sequência”, frisou o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini. A hipótese é trabalhar o tema em um novo decreto.

As indústrias ainda sugeriram que o governo desenvolva uma ferramenta que busque os dados mensais de captação de leite de forma automática, usando o sistema fiscal das notas emitidas pelas empresas na aquisição de leite dos produtores. “Se essas informações forem captadas evita-nos muito retrabalho e nos traz agilidade”, completou Guerra.

Também foi debatida a vinculação entre os laticínios e os transportadores. Os técnicos da Seapi explicaram que o vínculo previsto no artigo 9º da Lei do Leite refere-se a uma relação contratual entre produtor, indústria e transportador, o que não, necessariamente, se traduz em uma relação formal de trabalho. A Seapi ainda informou que deve definir, via Instrução Normativa (IN), a carga horária e o modelo de capacitação de treinamento a ser ministrado aos transportadores cadastrados no sistema.

Outro ponto importante é que o processo de identificação e fiscalização dos veículos que carregam o leite seja voltado aos tanques e não aos caminhões, uma vez que são eles que carregam o produto e precisam de regras específicas.

Os debates do Sindilat sobre a Regulamentação da Lei do Leite devem seguir nas próximas semanas. Novos apontamentos serão repassados à Seapi na sequência. A Lei do Leite tem 90 dias para ser regulamentada a contar de 6 de janeiro de 2016, podendo ter mais 180 dias para entrar em vigor.

**Veículo:** Página Rural

**Link:** <http://paginarural.com.br/noticia/225108/sindilat-debate-sugestoes-para-regulamentacao-da-lei-do-leite>

**Página:** Notícias

**Data:** 11/02/2016



## **RS: Sindilat debate sugestões para regulamentação da Lei do Leite**

### **Porto Alegre/RS**

Laticínios associados ao Sindilat reuniram-se na tarde desta quinta-feira (11) com representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi) para apresentar as primeiras sugestões à regulamentação da Lei 14.835, de 6 de janeiro de 2016, a chamada Lei do Leite. "O objetivo desse encontro foi debater a regulamentação para que a lei contribua na garantia de qualidade da matéria-prima processada pelas indústrias", destacou o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra.

Um dos pontos em debate foi a importância de a Secretaria da Agricultura manter um Cadastro de Produtores atualizado sobre a situação sanitária das propriedades, e que ele esteja disponível às empresas. "É uma ferramenta para que a indústria possa ter a informação sobre o status dos rebanhos. Afinal, as empresas serão responsabilizadas pelo leite captado", pontuou Guerra. O assessor técnico da Seapi Fernando Groff explicou que uma das ideias é fornecer acesso às empresas ao sistema da Seapi via internet para consultar a situação sanitária dos produtores.

Na ocasião, as indústrias ainda debateram a importância de viabilizar o transvaze de leite de maneira segura no Rio Grande do Sul, como prevê o artigo 16. O processo, que consiste no transporte de dois tanques por um único caminhão, reduz custos e otimiza a coleta, mas ainda tem uso restrito. O Sindilat comprometeu-se a realizar pesquisa sobre o tema. "O sindicato fará um estudo junto a instituições competentes e levará à análise da Seapi. Não deveremos ter tempo para fazer isso na regulamentação da Lei do Leite, mas na sequência", frisou o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini. A hipótese é trabalhar o tema em um novo decreto.

As indústrias ainda sugeriram que o governo desenvolva uma ferramenta que busque os dados mensais de captação de leite de forma automática, usando o sistema fiscal das notas emitidas pelas empresas na aquisição de leite dos produtores. "Se essas informações forem captadas evita-nos muito retrabalho e nos traz agilidade", completou Guerra.

Também foi debatida a vinculação entre os laticínios e os transportadores. Os técnicos da Seapi explicaram que o vínculo previsto no artigo 9º da Lei do Leite refere-se a uma relação contratual entre produtor, indústria e transportador, o que não, necessariamente, se traduz em uma relação formal de trabalho. A Seapi ainda informou que deve definir, via Instrução Normativa (IN), a carga horária e o modelo de capacitação de treinamento a ser ministrado aos transportadores cadastrados no sistema.

Outro ponto importante é que o processo de identificação e fiscalização dos veículos que carregam o leite seja voltado aos tanques e não aos caminhões, uma vez que são eles que carregam o produto e precisam de regras específicas.

Os debates do Sindilat sobre a Regulamentação da Lei do Leite devem seguir nas próximas semanas. Novos apontamentos serão repassados à Seapi na sequência. A Lei do Leite tem 90 dias para ser regulamentada a contar de 6 de janeiro de 2016, podendo ter mais 180 dias para entrar em vigor.

**Fonte:** Sindilat

**Veículo:** Agrolink

**Link:** <http://www.agrolink.com.br/noticias/sindilat-debate-sugestoes-para-regulamentacao-da-lei-do-leite-346920.html>

**Página:** Notícias

**Data:** 12/02/2016



## Sindilat debate sugestões para regulamentação da Lei do Leite



Laticínios associados ao Sindilat reuniram-se na tarde dessa quinta-feira (11.02) com representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi) para apresentar as primeiras sugestões à regulamentação da Lei 14.835, de 6 de janeiro de 2016, a chamada Lei do Leite. "O objetivo desse encontro foi debater a regulamentação para que a lei contribua na garantia de qualidade da matéria-prima processada pelas indústrias", destacou o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra.

Um dos pontos em debate foi a importância de a Secretaria da Agricultura manter um Cadastro de Produtores atualizado sobre a situação sanitária das propriedades, e que ele esteja disponível às empresas. "É uma ferramenta para que a indústria possa ter a informação sobre o status dos rebanhos. Afinal, as empresas serão responsabilizadas pelo leite captado", pontuou Guerra. O assessor técnico da Seapi Fernando Groff explicou que uma das ideias é fornecer acesso às empresas ao sistema da Seapi via internet para consultar a situação sanitária dos produtores.

Na ocasião, as indústrias ainda debateram a importância de viabilizar o transvaze de leite de maneira segura no Rio Grande do Sul, como prevê o artigo 16. O processo, que consiste no transporte de dois tanques por um único caminhão, reduz custos e otimiza a coleta, mas ainda tem uso restrito. O Sindilat comprometeu-se a realizar pesquisa sobre o tema. "O sindicato fará um estudo junto a instituições competentes e levará à análise da Seapi. Não deveremos ter tempo para fazer isso na regulamentação da Lei do Leite, mas na sequência", frisou o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini. A hipótese é trabalhar o tema em um novo decreto.

As indústrias ainda sugeriram que o governo desenvolva uma ferramenta que busque os dados mensais de captação de leite de forma automática, usando o sistema fiscal das notas emitidas pelas empresas na aquisição de leite dos produtores. "Se essas informações forem captadas evita-nos muito retrabalho e nos traz agilidade", completou Guerra.

Também foi debatida a vinculação entre os laticínios e os transportadores. Os técnicos da Seapi explicaram que o vínculo previsto no artigo 9º da Lei do Leite refere-se a uma relação contratual entre produtor, indústria e transportador, o que não, necessariamente, se traduz em uma relação formal de trabalho. A Seapi ainda informou que deve definir, via Instrução Normativa (IN), a carga horária e o modelo de capacitação de treinamento a ser ministrado aos transportadores cadastrados no sistema.

Outro ponto importante é que o processo de identificação e fiscalização dos veículos que carregam o leite seja voltado aos tanques e não aos caminhões, uma vez que são eles que carregam o produto e precisam de regras específicas.

Os debates do Sindilat sobre a Regulamentação da Lei do Leite devem seguir nas próximas semanas. Novos apontamentos serão repassados à Seapi na sequência. A Lei do Leite tem 90 dias para ser regulamentada a contar de 6 de janeiro de 2016, podendo ter mais 180 dias para entrar em vigor.

**Veículo:** Terra Viva

**Link:** [http://www.terraviva.com.br/site/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=4171:sindilat-debate-sugestoes-para-regulamentacao-da-lei-do-leite&Itemid=170](http://www.terraviva.com.br/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=4171:sindilat-debate-sugestoes-para-regulamentacao-da-lei-do-leite&Itemid=170)

**Página:** Notícias

**Data:** 12/02/2016

## RS: Sindilat debate sugestões para regulamentação da Lei do Leite



**Lei do Leite** - Laticínios associados ao Sindilat reuniram-se na tarde desta quinta-feira (11/02) com representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi) para apresentar as primeiras sugestões à regulamentação da Lei 14.835, de 6 de janeiro de 2016, a chamada Lei do Leite.

“O objetivo desse encontro foi debater a regulamentação para que a lei contribua na garantia de qualidade da

matéria-prima processada pelas indústrias”, destacou o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra. Um dos pontos em debate foi a importância de a Secretaria da Agricultura manter um Cadastro de Produtores atualizado sobre a situação sanitária das propriedades, e que ele esteja disponível às empresas. “É uma ferramenta para que a indústria possa ter a informação sobre o status dos rebanhos. Afinal, as empresas serão responsabilizadas pelo leite captado”, pontuou Guerra. O assessor técnico da Seapi Fernando Groff explicou que uma das ideias é fornecer acesso às empresas ao sistema da Seapi via internet para consultar a situação sanitária dos produtores. [Notícia na íntegra.](#)

**Veículo:** Laticínio.net

**Link:** [http://www.laticinio.net/noticias/completa/17607\\_sindilat-debate-sugestoes-para-regulamentacao-da-lei-do-leite](http://www.laticinio.net/noticias/completa/17607_sindilat-debate-sugestoes-para-regulamentacao-da-lei-do-leite)

**Página:** Notícias

**Data:** 11/02/2016



## SINDILAT DEBATE SUGESTÕES PARA REGULAMENTAÇÃO DA LEI DO LEITE



Laticínios associados ao Sindilat reuniram-se na tarde desta quinta-feira (11/02) com representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi) para apresentar as primeiras sugestões à regulamentação da Lei 14.835, de 6 de janeiro de 2016, a chamada Lei do Leite. “O objetivo desse encontro foi debater a regulamentação para que a lei contribua na garantia de qualidade da matéria-prima processada pelas indústrias”, destacou o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra.

Um dos pontos em debate foi a importância de a Secretaria da Agricultura manter um Cadastro de Produtores atualizado sobre a situação sanitária das propriedades, e que ele esteja disponível às empresas. “É uma ferramenta para que a indústria possa ter a

informação sobre o status dos rebanhos. Afinal, as empresas serão responsabilizadas pelo leite captado”, pontuou Guerra. O assessor técnico da Seapi Fernando Groff explicou que uma das ideias é fornecer acesso às empresas ao sistema da Seapi via internet para consultar a situação sanitária dos produtores.

Na ocasião, as indústrias ainda debateram a importância de viabilizar o transvaze de leite de maneira segura no Rio Grande do Sul, como prevê o artigo 16. O processo, que consiste no transporte de dois tanques por um único caminhão, reduz custos e otimiza a coleta, mas ainda tem uso restrito. O Sindilat comprometeu-se a realizar pesquisa sobre o tema. “O sindicato fará um estudo junto a instituições competentes e levará à análise da Seapi. Não deveremos ter tempo para fazer isso na regulamentação da Lei do Leite, mas na sequência”, frisou o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini. A hipótese é trabalhar o tema em um novo decreto.

As indústrias ainda sugeriram que o governo desenvolva uma ferramenta que busque os dados mensais de captação de leite de forma automática, usando o sistema fiscal das notas emitidas pelas empresas na aquisição de leite dos produtores. “Se essas informações forem captadas evita-nos muito retrabalho e nos traz agilidade”, completou Guerra.

Também foi debatida a vinculação entre os laticínios e os transportadores. Os técnicos da Seapi explicaram que o vínculo previsto no artigo 9º da Lei do Leite refere-se a uma relação contratual entre produtor, indústria e transportador, o que não, necessariamente, se traduz em uma relação formal de trabalho. A Seapi ainda informou que deve definir, via Instrução Normativa (IN), a carga horária e o modelo de capacitação de treinamento a ser ministrado aos transportadores cadastrados no sistema.

Outro ponto importante é que o processo de identificação e fiscalização dos veículos que carregam o leite seja voltado aos tanques e não aos caminhões, uma vez que são eles que carregam o produto e precisam de regras específicas.

Os debates do Sindilat sobre a Regulamentação da Lei do Leite devem seguir nas próximas semanas. Novos apontamentos serão repassados à Seapi na sequência. A Lei do Leite tem 90 dias para ser regulamentada a contar de 6 de janeiro de 2016, podendo ter mais 180 dias para entrar em vigor.

**Veículo:** Milkpoint

**Link:** <http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/sindilat-debate-sugestoes-para-regulamentacao-da-lei-do-leite-98854n.aspx>

**Página:** Notícias

**Data:** 12/02/2016



## Sindilat debate sugestões para regulamentação da Lei do Leite

Laticínios associados ao **Sindilat** reuniram-se na tarde desta quinta-feira (11/02) com representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi) para apresentar as primeiras sugestões à regulamentação da Lei 14.835, de 6 de janeiro de 2016, a chamada **Lei do Leite**. "O objetivo desse encontro foi debater a regulamentação para que a lei contribua na garantia de qualidade da matéria-prima processada pelas indústrias", destacou o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra.

Um dos pontos em debate foi a importância de a Secretaria da Agricultura manter um Cadastro de Produtores atualizado sobre a situação sanitária das propriedades, e que ele esteja disponível às empresas. "É uma ferramenta para que a indústria possa ter a informação sobre o status dos rebanhos. Afinal, as empresas serão responsabilizadas pelo leite captado", pontuou Guerra. O assessor técnico da Seapi Fernando Groff explicou que uma das ideias é fornecer acesso às empresas ao sistema da Seapi via internet para consultar a situação sanitária dos produtores.



Na ocasião, as indústrias ainda debateram a importância de viabilizar o transvase de leite de maneira segura no Rio Grande do Sul, como prevê o artigo 16. O processo, que consiste no transporte de dois tanques por um único caminhão, reduz custos e otimiza a coleta, mas ainda tem uso restrito. O Sindilat comprometeu-se a realizar pesquisa sobre o tema. "O sindicato fará um estudo junto a instituições competentes e levará à análise da Seapi. Não deveremos ter tempo para fazer isso na regulamentação da Lei do Leite, mas na sequência", frisou o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini. A hipótese é trabalhar o tema em um novo decreto.

As indústrias ainda sugeriram que o governo desenvolva uma ferramenta que busque os dados mensais de captação de leite de forma automática, usando o sistema fiscal das notas emitidas pelas empresas na aquisição de leite dos produtores. "Se essas informações forem captadas evita-nos muito retrabalho e nos traz agilidade", completou Guerra.

Também foi debatida a vinculação entre os laticínios e os transportadores. Os técnicos da Seapi explicaram que o vínculo previsto no artigo 9º da Lei do Leite refere-se a uma relação contratual entre produtor, indústria e transportador, o que não, necessariamente, se traduz em uma relação formal de trabalho. A Seapi ainda informou que deve definir, via Instrução Normativa (IN), a carga horária e o modelo de capacitação de treinamento a ser ministrado aos transportadores cadastrados no sistema.

Outro ponto importante é que o processo de identificação e fiscalização dos veículos que carregam o leite seja voltado aos tanques e não aos caminhões, uma vez que são eles que carregam o produto e precisam de regras específicas.

Os debates do Sindilat sobre a Regulamentação da Lei do Leite devem seguir nas próximas semanas. Novos apontamentos serão repassados à Seapi na sequência. A Lei do Leite tem 90 dias para ser regulamentada a contar de 6 de janeiro de 2016, podendo ter mais 180 dias para entrar em vigor.

As informações são da Assessoria de Imprensa Sindilat.

**Veículo:** Portal Lácteo

**Link:** <http://www.portalacteo.com.br/noticias/sindilat-debate-sugestoes-para-regulamentacao-da-lei-do-leite-47117/>

**Página:** Notícias

**Data:** 12/02/2016

## portal lacteo

# Sindilat debate sugestões para regulamentação da Lei do Leite

Laticínios associados ao Sindilat reuniram-se na tarde desta quinta-feira (11/02) com representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi) para apresentar as primeiras sugestões à regulamentação da Lei 14.835, de 6 de janeiro de 2016, a chamada Lei do Leite.

“O objetivo desse encontro foi debater a regulamentação para que a lei contribua na garantia de qualidade da matéria-prima processada pelas indústrias”, destacou o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra. Um dos pontos em debate foi a importância de a Secretaria da Agricultura manter um Cadastro de Produtores atualizado sobre a situação sanitária das propriedades, e que ele esteja disponível às empresas. “É uma ferramenta para que a indústria possa ter a informação sobre o status dos rebanhos. Afinal, as empresas serão responsabilizadas pelo leite captado”, pontuou Guerra. O assessor técnico da Seapi Fernando Groff explicou que uma das ideias é fornecer acesso às empresas ao sistema da Seapi via internet para consultar a situação sanitária dos produtores.

Na ocasião, as indústrias ainda debateram a importância de viabilizar o transvase de leite de maneira segura no Rio Grande do Sul, como prevê o artigo 16. O processo, que consiste no transporte de dois tanques por um único caminhão, reduz custos e otimiza a coleta, mas ainda tem uso restrito. O Sindilat comprometeu-se a realizar pesquisa sobre o tema. “O sindicato fará um estudo junto a instituições competentes e levará à análise da Seapi. Não deveremos ter tempo para fazer isso na regulamentação da Lei do Leite, mas na sequência”, frisou o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini. A hipótese é trabalhar o tema em um novo decreto.

As indústrias ainda sugeriram que o governo desenvolva uma ferramenta que busque os dados mensais de captação de leite de forma automática, usando o sistema fiscal das notas emitidas pelas empresas na aquisição de leite dos produtores. “Se essas informações forem captadas evita-nos muito retrabalho e nos traz agilidade”, completou Guerra.

Também foi debatida a vinculação entre os laticínios e os transportadores. Os técnicos da Seapi explicaram que o vínculo previsto no artigo 9º da Lei do Leite refere-se a uma relação contratual entre produtor, indústria e transportador, o que não, necessariamente, se traduz em uma relação formal de trabalho. A Seapi ainda informou que deve definir, via Instrução Normativa (IN), a carga horária e o modelo de capacitação de treinamento a ser ministrado aos transportadores cadastrados no sistema.

Outro ponto importante é que o processo de identificação e fiscalização dos veículos que carregam o leite seja voltado aos tanques e não aos caminhões, uma vez que são eles que carregam o produto e precisam de regras específicas.

Os debates do Sindilat sobre a Regulamentação da Lei do Leite devem seguir nas próximas semanas. Novos apontamentos serão repassados à Seapi na sequência. A Lei do Leite tem 90 dias para ser regulamentada a contar de 6 de janeiro de 2016, podendo ter mais 180 dias para entrar em vigor.

Fonte: Assessoria de Imprensa Sindilat.

**Veículo:** Radio 90.9

**Link:** <http://www.rd90fm.com/site/>

**Página:** Notícias

**Data:** 12/02/2016



## Sindilat debate sugestões para regulamentação da Lei do Leite

Publicado por Departamento em [Geral](#)



Publicado em 12 de fevereiro, 2016 | [Nenhum Comentário](#)

...

Laticínios associados ao Sindilat reuniram-se na tarde desta quinta-feira (11/02) com representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi) para apresentar as primeiras sugestões à regulamentação da Lei 14.835, de 6 de janeiro de 2016, a chamada Lei do Leite. “O objetivo desse encontro foi debater a regulamentação para que a lei contribua na garantia de qualidade da matéria-prima processada pelas indústrias”, destacou o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra.

Um dos pontos em debate foi a importância de a Secretaria da Agricultura manter um Cadastro de Produtores atualizado sobre a situação sanitária das propriedades, e que ele esteja disponível às empresas. “É uma ferramenta para que a indústria possa ter a informação sobre o status dos rebanhos. Afinal, as empresas serão responsabilizadas pelo leite captado”, pontuou Guerra. O assessor técnico da Seapi Fernando Groff explicou que uma das ideias é fornecer acesso às empresas ao sistema da Seapi via internet para consultar a situação sanitária dos produtores.

Na ocasião, as indústrias ainda debateram a importância de viabilizar o transvaze de leite de maneira segura no Rio Grande do Sul, como prevê o artigo 16. O processo, que consiste no transporte de dois tanques por um único caminhão, reduz custos e otimiza a coleta, mas ainda tem uso restrito. O Sindilat comprometeu-se a realizar pesquisa sobre o tema. “O sindicato fará um estudo junto a instituições competentes e levará à análise da Seapi. Não deveremos ter tempo para fazer isso na regulamentação da Lei do Leite, mas na sequência”, frisou o secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini. A hipótese é trabalhar o tema em um novo decreto.

As indústrias ainda sugeriram que o governo desenvolva uma ferramenta que busque os dados mensais de captação de leite de forma automática, usando o sistema fiscal das notas emitidas pelas empresas na aquisição de leite dos produtores. “Se essas informações forem captadas evita-nos muito retrabalho e nos traz agilidade”, completou Guerra.